



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



1ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO INTERNO Nº 0313937-3

AGRAVANTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

AGRAVADO: SANDOVAL DE ARAÚJO SILVA

RELATOR: DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONFIRMADA. SUSPENSÃO DA COBRANÇA DOS DESCONTOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PRAZO DE 72 HORAS PARA CUMPRIMENTO DA DECISÃO SUFICIENTE E RAZOÁVEL PARA O CASO CONCRETO. MULTA PECUNIÁRIA EM PATAMAR APTO AO CUMPRIMENTO DO COMANDO JUDICIAL. AUSÊNCIA DE ARGUMENTO CAPAZ DE ENSEJAR A REVISÃO DA DECISÃO RECORRIDA. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

ACORDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo Legal nº 0313937-3, acordam os Desembargadores que compõem a 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada em 24 de setembro de 2013, à unanimidade de votos, negar provimento ao Recurso de Agravo, nos termos do voto do relator.

Recife, 24 de setembro de 2013. (data da lavratura).

Des. Josué  Fonseca de Sena
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de SENA



1ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO INTERNO Nº 0313937-3

AGRAVANTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

AGRAVADO: SANDOVAL DE ARAÚJO SILVA

RELATOR: DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA

RELATÓRIO E VOTO

Trata a hipótese de Agravo Interno interposto pelo **BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A**, insurgindo-se contra decisão terminativa da lavra desta relatoria que, em sede de recurso de Agravo de Instrumento interposto pelo ora agravante contra **SANDOVAL DE ARAÚJO SILVA**, negou seguimento ao recurso, mantendo a decisão *a quo*, que deferiu a antecipação de tutela para determinar que o Banco recorrente providencie, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a suspensão da cobrança dos descontos no benefício previdenciário do agravado, referentes a um contrato de empréstimo. Para tanto, arbitrou o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia para a hipótese de eventual descumprimento da ordem judicial, até o teto de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Em seu recurso, (fls. 104/111) alega o agravante que o prazo estipulado pelo magistrado de primeiro grau não foi razoável, em razão da necessidade de se atentar para realidade operacional das Instituições Financeiras, o que impossibilita o cumprimento da determinação judicial.

Sustenta ainda que o valor fixado a título de multa cominatória é desproporcional, irrazoável e injusto, tendo em vista o curto prazo concedido ao Banco agravante. Da mesma forma, afirma que a multa fixada não deve ser aplicada diariamente, uma vez que os descontos são realizados mensalmente.

Por fim, pugna pela reconsideração da decisão recorrida, para dar seguimento ao Recurso de Agravo de Instrumento interposto pelo Banco agravante. Caso assim não entenda este Julgador, que seja provido o recurso, reformando a decisão terminativa nos termos acima requeridos.

É o relatório. Passo a votar.

Ab initio, adianto que não vejo qualquer fato novo que possa ensejar a mudança do entendimento adotado na decisão agravada.

Como é cediço a todos, poderá o relator decidir individualmente as questões de mérito, quando negar seguimento ao recurso que se apresenta manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior (*ex vi* do art. 557, *caput*, do CPC).



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

Com efeito, o artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil reflete a aplicação do princípio da economia processual, constante do artigo 5º, inciso LXXVIII, da Carta Magna, e visa, como é salutar, a desobstruir pautas dos tribunais para que se agilize o julgamento das ações e dos recursos que realmente precisam ser submetidos à apreciação pelo órgão colegiado.

Feito esse registro, vale destacar que a agravante não trouxe na sua irresignação qualquer tese capaz de ensejar a revisão da opinião jurídica externada na terminativa, aliás, substancialmente renovou os argumentos que fundamentaram o seu apelo, razão pela qual deve ser mantida a decisão vergastada.

Nesse passo, como não houve inovação nos argumentos suscitados no presente agravo, adoto como fundamentos do meu voto os mesmos contidos na decisão guerreada, a qual transcrevo o trecho que interessa:

“[...]Trata-se de agravo de instrumento visando à reforma da decisão, precisamente no tocante ao prazo de 72 (setenta e duas) horas para o cumprimento da determinação judicial, em sede de cognição sumária, de suspensão da cobrança dos valores do benefício previdenciário do Agravado referente ao empréstimo em debate na ação ordinária em trâmite no Juízo *a quo*, bem como em relação ao valor multa cominatória fixada em R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de descumprimento da ordem judicial exarada em sede tutela antecipada concedida, até o limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

A temática é recorrente neste tribunal e já possui entendimento delineado no âmbito do STJ, razão pela qual procedo ao julgamento monocrático do recurso, com fundamento no art. 557 do Código de Processo Civil.

Pois bem. A tese formulada pela Recorrente não convence esta relatoria.

Insurge-se, a Agravante, essencialmente contra o prazo estipulado para o cumprimento da medida liminar que determina a suspensão da cobrança de desconto processado no benefício previdenciário da Agravante. Também, irresigna-se contra o valor da multa cominatória a ser aplicada para o caso de descumprimento do comando da determinação judicial em tela, ao argumento de que tal importe é excessivo e implicará em sanção desproporcional e irrazoável.

Analisando detidamente a situação em apreço, entendo perfeitamente viável que o estabelecimento bancário providencie a suspensão da cobrança ora determinada no benefício previdenciário da Agravada não só pela aparente simplicidade da medida, se comparada com a força de sua estrutura administrativa, mas também pelo notório prejuízo que a continuidade do desconto certamente acarretaria para a Recorrida.

Ainda que, em tese, o prazo de 72 (setenta e duas) horas possa ser considerado estreito, no caso concreto mostra-se suficiente e razoável para atender a determinação do Juízo. Isso porque, a tecnologia utilizada na rotina bancária nos dias atuais não deixa dúvida de que é possível o cumprimento da medida no tempo estipulado.

Lado outro, cumpre registrar que, a despeito de a Agravante rotular o prazo de 72 (setenta e duas) horas de insuficiente e irrazoável, tal alegação não merece credibilidade, pois se revela imprecisa, genérica e superficial. Aliás, para fortalecer a tese recursal nesse sentido, necessário seria que tivesse demonstrado, em detalhes, qual (is) o(s) empecilho(s) técnico-operacional(is) decorrente(s) da atividade bancária que inviabiliza(m) o pronto cumprimento da ordem judicial no lapso temporal estabelecido.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

Na realidade, os argumentos da Agravante nesse aspecto são juridicamente insustentáveis, motivo pelo qual se afigura improcedente o pleito de prorrogação do prazo fixado na decisão interlocutória atacada.

Com relação ao valor da multa cominatória arbitrada na decisão agravada, entendo que o inconformismo também não prospera.

Sabe-se que a fixação das *astreintes* tem por meta compelir o devedor ao cumprimento de uma obrigação, razão pelo qual deve ser arbitrada em valor adequado e suficiente a atingir a sua finalidade, a depender do caso concreto.

Com efeito, considerando a função e a natureza das *astreintes*, é certo pensar que o valor dessa multa deve ser fixado em patamar apto, em tese, a forçar o seu destinatário a cumprir o comando da ordem judicial, bastando ao demandado o integral atendimento à determinação imposta para afastar o efeito pecuniário da sanção.

Nessa esteira, segundo Nelson Nery¹:

"deve ser imposta a multa, de ofício ou a requerimento da parte. O valor deve ser significativamente alto, justamente porque tem natureza inibitória. O juiz não deve ficar com receio de fixar o valor em quantia alta, pensando no pagamento. O objetivo das astreintes não é obrigar o réu a pagar o valor da multa, mas obrigá-lo a cumprir a obrigação na forma específica. A multa é apenas inibitória. Deve ser alta para que o devedor desista de seu intento de não cumprir a obrigação específica. Vale dizer, o devedor deve sentir ser preferível cumprir a obrigação na forma específica a pagar o alto valor da multa fixada pelo juiz".

Frise-se, ainda, o entendimento de Joaquim Felipe Spadoni², comentando sobre o tema em artigo intitulado "A multa na atuação das ordens judiciais", *in verbis*:

"A imposição de multa pecuniária tem por função precípua resguardar a efetividade do processo. É instrumento de direito público, que busca realçar o imperium da ordem judicial expedida contra o réu e o revigoramento do dever do mesmo em atendê-la fielmente.

Por essa razão é que a multa tem eficácia a partir do momento em que o cumprimento do comando judicial à qual se relaciona passa a ser devido. Em regra, este momento é o da intimação da medida liminar ou da sentença de procedência não submetida ao efeito suspensivo da apelação...

...Em todo caso, os valores da multa passam a ser devidos desde o momento em que for constatado o não cumprimento do preceito judicial pelo réu, podendo, desde logo, serem cobrados judicialmente, em execução definitiva, sem que haja a necessidade de se aguardar o trânsito em julgado da eventual sentença de procedência."

Sobre o assunto, confira-se aresto do STJ:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. ASTREINTES. CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS. REVISÃO DO QUANTUM FIXADO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. À luz da jurisprudência firmada nesta Corte, é cabível a aplicação de astreintes como instrumento de coerção ao cumprimento de decisões judiciais que imponham obrigação de fazer ou não fazer, sendo que o quantum arbitrado só será passível de revisão, nesta instância excepcional, quando se mostrar irrisório ou exorbitante, o que não se verifica na hipótese. Dessa forma, a pretendida revisão da importância fixada a título de multa diária esbarraria no enunciado 7 da Súmula desta Corte, por demandar o vedado revolvimento

¹ Código de Processo Civil Comentado, 11ª ed., p. 703

² "Processo de Execução", São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, p. 498/499.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

de matéria fática. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no Ag 1380239/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 07/04/2011, DJe 18/04/2011) (redação original sem destaque)

Na espécie, como já dito em linhas anteriores, impende destacar a simplicidade da obrigação constante da tutela antecipatória, a qual dispensa qualquer comentário acerca do seu fácil atendimento se levado em conta a celeridade que a era da informática trouxe para sistemas burocráticos da maioria das organizações.

Ora, na espécie, basta ao Agravante providenciar a suspensão da cobrança dos valores referentes ao empréstimo discutidos na demanda originária no benefício previdenciário da Agravada para livrar-se da penalidade.

A ilação que tenho sobre a controvérsia, mesmo depois de apreciar esse segundo argumento, é a de que não são plausíveis as genéricas razões dadas pela Agravante na tentativa de justificar a dificuldade ou impossibilidade do imediato cumprimento do comando proferido pelo Juízo de primeiro grau.

Ademais, esclareça-se que a fixação da multa cominatória deve estar pautada no binômio suficiência-compatibilidade, sem olvidar, é claro, das orientações advindas dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, tudo convergindo para compelir o obrigado ao atendimento da ordem judicial, sem, todavia, provocar o enriquecimento sem causa da parte contrária.

Outrossim, saliente-se que é perfeitamente possível ao Magistrado redimensionar a multa imposta com base no art. 461 do CPC, em qualquer tempo, de modo a adequá-la ao seu real propósito e evitar enriquecimento sem causa da parte beneficiada. Isso porque, não faz coisa julgada material e, por isso, não há que falar em preclusão.

Nesse sentido, já decidiu o STJ:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASTREINTES. REDUÇÃO. POSSIBILIDADE. COISA JULGADA. PRECLUSÃO. INEXISTÊNCIA. 1. A multa imposta com base no art. 461 do CPC, quando considerada exorbitante ou insuficiente, pode ser modificada pelo juiz a qualquer tempo, já que não faz coisa julgada material, hipótese, portanto, em que não se opera a preclusão. 2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 1144150/GO, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 22/03/2011, DJe 31/03/2011)

No caso *sub examine*, entendo que a multa arbitrada em R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de eventual descumprimento da ordem judicial em questão, limitada ao montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) é razoável e se presta ao propósito de compelir a Agravante a adimplir a obrigação determinada pelo Juízo.

Destarte, em virtude da facilidade de atendimento à decisão judicial e da ausência de motivos plausíveis que demonstrem a impossibilidade de cumprimento da medida antecipatória no prazo concedido na origem, entendo que o valor das *astreintes* não requer qualquer modificação.

Ad cautelam, cumpre lembrar que, nada obsta ao Magistrado de primeiro grau, percebendo mudança da situação atual, promova alteração das *astreintes*, a fim de manter a sua proporcionalidade e razoabilidade, de acordo com permissivo legal contido no § 6º do art. 461 do CPC.

Por fim, informe-se que é permitido ao Juiz, a seu critério, revogar a multa pecuniária em comento desde que se convença do real empenho manifestado pelo destinatário da multa no cumprimento de sua obrigação, tendo em vista que as *astreintes* tem por finalidade não a punição propriamente dita, mas sim a coação do devedor a adimplir o seu mister.

No mais, a decisão antecipatória do mérito estar em consonância com a jurisprudência desta e. Corte Estadual de Justiça, conforme se infere dos arestos abaixo:



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



PROCESSUAL CIVIL - OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANO MORAL - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO EM FACE DA DECISÃO PROFERIDA NA PRIMEIRA INSTÂNCIA, PELA QUAL FOI FIXADA MULTA PARA A EFETIVAÇÃO DA TUTELA ESPECÍFICA. MANUTENÇÃO DO "DECISUM". SANÇÃO DEVIDA SE NÃO CUMPRIDA A DETERMINAÇÃO JUDICIAL. CARÁTER COERCITIVO E INIBITÓRIO. MANUTENÇÃO DO VALOR FIXADO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - RECURSO NÃO PROVIDO POR UNANIMIDADE. (Agravo de Instrumento n.º 0003600-06.2008.8.17.0000 (167525-0); Relator: Des. Eduardo Augusto Paura Peres; Órgão Julgador: 6ª Câmara Cível; Data de julgamento 29/7/2008)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO PARA APLICAÇÃO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO - PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - REJEITADA À UNANIMIDADE - MINISTÉRIO PÚBLICO TEM LEGITIMIDADE ATIVA (Art. 40, inciso III da LEI 10.741/2003) - PRELIMINAR DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ANTE AUSÊNCIA DAS RAZÕES DO AGRAVO E DE CÓPIAS DE DOCUMENTOS - REJEITADA À UNANIMIDADE - MERO REQUERIMENTO PARA JUNTADA DAS RAZÕES DO AGRAVO PERANTE O JUÍZO DE ORIGEM DENTRO DO PRAZO LEGAL - POSSIBILIDADE. MÉRITO: EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA - DESCONTOS SOBRE OS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DE IDOSO SEM AUTORIZAÇÃO - POSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO - AUSÊNCIA DE PROVA DA CONTRATAÇÃO POR PARTE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - APLICABILIDADE DO CDC - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - POSSIBILIDADE. NEGADO PROVIMENTO AO AGRAVO À UNANIMIDADE. [...]
III) MÉRITO: Descontos efetuados nos proventos de aposentadoria de idoso, referentes a empréstimo consignado, que segundo o aposentado, nunca contraiu o referido empréstimo, possibilidade na suspensão, ante a ausência de comprovação da instituição financeira que contraponham os fatos alegados. Aplicabilidade do CDC quanto a inversão do ônus da prova, tendo em vista existência de relação de consumo entre bancos e clientes. IV) Negado provimento ao Agravo de Instrumento à unanimidade de votos. (Agravo de Instrumento n.º 0003440-78.2008.8.17.0000 (167301-0); Relator: Des. Antônio Fernando de Araújo Martins; Órgão Julgador: 6ª Câmara Cível; Data de julgamento 23/9/2008)

Com respaldo nos elementos colacionados aos autos e também no entendimento jurisprudencial acima, verifico que não há razão que justifique qualquer retoque na decisão objurgada.

Isso posto, com fundamento no art. 557, *caput*, do CPC, **NEGO SEGUIMENTO** ao agravo interposto.

Após o decurso do prazo recursal, encaminhem-se os autos ao juízo de origem.

Publique-se. Intime-se.

Recife, 24 de setembro de 2013.

Des. Josué Antônio Fonseca de Sena
Relator"

Como registrado na transcrição acima, a matéria, objeto da lide, foi amplamente debatida na decisão, disposta de forma clara e precisa, atingindo solução jurídica embasada nos elementos dos autos e no ordenamento pátrio, razão porque não merece qualquer retoque nesta via de agravo.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

Desse modo, evidentemente, o agravo não merece prosperar, tendo em vista que a irresignação permanece juridicamente insustentável.

Posto isso, inexistindo motivos para modificação da decisão atacada, **meu voto é no sentido de negar provimento ao presente Recurso de Agravo.**

É como voto.

Recife, 24 de setembro de 2013.


Des. Josué Antônio Fonseca de Sena
Relator